



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SISTEMA DE VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS-VIPROC

Nº DO PROCESSO: 5076978/2013

DATA: 11/06/2013 HORA: 08:05

ORIGEM

SECRETARIA DAS CIDADES

ASSUNTO

ENCAMINHAMENTO / DOCUMENTO

AUTOR(ES)

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSEBIO

TRAMITAÇÕES DO PROCESSO



Quem muda a cidade somos nós:
REFORMA URBANA JÁ!

Data: 10 de Maio de 2013
Local: EEEP Eusébio
de Queluz



RELATÓRIO PARA ETAPA MUNICIPAL



1. Dados Iniciais

Estado: Ceará

Município: Eusébio

2. Dados da pessoa responsável pelo preenchimento do relatório

Nome: Armando Luiz Bandeira de Paula

Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Social

CPF: 509.430.818-15

Cargo/função que ocupa: Coordenador de Articulação Comunitária

DDD-Telefone: 85.3260-3183 / 9989-5909

Email: articulacaoeusebio@yahoo.com.br / depaulaarmando@yahoo.com.br

Membro da Comissão Preparatória Municipal?

(X) Sim () Não

Se "Não", informar qual o vínculo com a organização da Conferência.

3- Convocatória:

3.1 - Conferência Convocada pelo Governo Municipal

Nome do Coordenador da Comissão Preparatória: Sebastião Carneiro Albuquerque

Enviar Cópia dos seguintes documentos:

- 1- Decreto expedido pelo executivo convocando a Conferência Municipal das Cidades.
- 2 - Comprovação da ampla divulgação nos meios de comunicação.
- 3 - Documento expedido pelo Executivo instituindo a Comissão Preparatória Municipal.
- 4 - Regimento da Conferência Municipal.
- 5 -Lista de participantes, por segmento, presentes à conferência informando a entidade que representa, número do documento de identidade e e-mail.
- 6 - Relatório com as Resoluções e deliberações da Conferência Municipal.
- 7 - Lista dos delegados e delegadas eleitos para a Conferência Estadual por segmento e identificação completa: nome, CPF, endereço, telefone, entidade que representa (por extenso) e e-mail.

4 - Conferência Municipal

Data da Conferência: 10/05/13

- Houve realização de eventos preparatórios, como seminários, oficinas, reuniões, passeatas?

() Sim (X) Não

Se "Sim", informar quais.

Quais os segmentos integram a Comissão Preparatória:

Marque com um "X"

(X) Poder Executivo Municipal

() Poder Legislativo Municipal

- (X) Movimentos Sociais e Populares
(X) Entidades de Trabalhadores
(X) Entidades Empresariais
() Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
() Organizações não Governamentais

4 Total



5. O MUNICÍPIO JÁ PARTICIPOU ANTERIORMENTE DA:

- 1ª Conferência das Cidades. () participou () não participou
2ª Conferência das Cidades. (X) participou () não participou
3ª Conferência das Cidades. (X) participou () não participou
4ª Conferência das Cidades. () participou () não participou

6. Número de Participantes da Conferência por segmentos:

- inserir o número de participantes
(45) do Poder Executivo Municipal
(03) do Poder Legislativo Municipal
(18) dos Movimentos Sociais e Populares
(01) das Entidades de Trabalhadores
(02) das Entidades Empresariais
(00) das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
(02) das Organizações não Governamentais
(00) observadores

71 Total

7. Propostas aprovadas As propostas aprovadas dividem-se em 3 partes (grupos) descritos a seguir:

1ª parte: Texto Base Nacional. (até 30 propostas)

O Texto Base Nacional aborda quatro grandes temas relacionados diretamente ao SNDU (Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano):

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial;

2ª parte: Texto de Apresentação das Prioridades do Ministério das Cidades para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. (até 10 propostas)

3ª parte: Texto de Apresentação para Discussão das Prioridades Municipais e Estaduais (incluindo o Distrito Federal) para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. (texto único)

1ª Parte: Texto Base Nacional - Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU

ATENÇÃO: poderão ser enviadas até 30 propostas contemplando os 4 temas



Proposta nº1

Escolha o tema que a proposta se refere

- (X) 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
() 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.
A criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) parte da necessidade de coordenar as ações governamentais relacionadas às políticas urbanas de forma a universalizar o direito à cidade, em especial, o acesso à moradia digna, aos serviços de saneamento ambiental e à mobilidade urbana. Tal objetivo se torna um imperativo se considerarmos que nas últimas décadas a questão urbana e os processos de exclusão social se constituíram em problemas centrais para pensar o futuro da humanidade. O diagnóstico sobre os problemas sociais nas cidades, submetidas às transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da globalização neoliberal, indica a existência de profundas desigualdades sociais e de dinâmicas de segregação socioespacial.

Proposta nº2

Escolha o tema que a proposta se refere

- (X) 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
() 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.
Nos anos mais recentes, sobretudo a partir da década de 1990, podemos verificar mudanças no padrão de urbanização brasileira, em grande parte decorrente das transformações no capitalismo internacional e das formas de inserção do Brasil no processo de globalização. Temos, agora de um lado, o aprofundamento da periferização das grandes metrópoles, com o aumento populacional nos municípios da fronteira metropolitana e expansão das favelas e loteamentos irregulares; de outro, o aparecimento de núcleos de classe média e condomínios fechados na periferia, tornando o espaço urbano mais complexo, desigual e heterogêneo. Este fenômeno vem sendo observado e reproduzido também nas pequenas e médias cidades brasileiras, mesmo que em menor intensidade. A reversão desse quadro exige a coordenação das ações governamentais de forma a assumir a política urbana como uma política estratégica para o país, universalizar o acesso às políticas urbanas e superar a cultura de fragmentação da gestão, que separa a política de habitação da política de saneamento ambiental, da política de mobilidade, gerando o desperdício de recursos, a ineficiência e a reprodução das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras.

Proposta nº3

Escolha o tema que a proposta se refere

- (X) 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
() 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.
Em linhas gerais, pode-se dizer que para construir um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, são necessários: (i) diretrizes e princípios nacionais compartilhados por todos os níveis de governo; (ii) clara divisão de competências e responsabilidades entre os entes federados; (iii) instrumentos legais de regulação da política urbana em cada âmbito de governo; (iv) recursos públicos partilhados segundo o pacto federativo, de forma a garantir o financiamento sustentável da política urbana; e (v) canais de participação e controle social, com destaque para as conferências e os conselhos das cidades, de forma a garantir a participação da sociedade e criar uma nova dinâmica de gestão democrática das políticas urbanas.

Proposta nº4

Escolha o tema que a proposta se refere

- (X) 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

No Brasil, em termos institucionais, até 2003 com a eleição do governo Lula, os sucessivos governos nunca tiveram um projeto estratégico para as cidades brasileiras envolvendo, de forma articulada, as intervenções no campo da regulação do solo urbano, da habitação, do saneamento ambiental, e da mobilidade e do transporte público. Assim, pode-se dizer que a criação do Ministério das Cidades, em 2003, representou uma resposta a um vazio institucional, de ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano consistente, capaz de construir um novo projeto de cidades sustentáveis e democráticas. Em especial no que se refere às metrópoles, percebe-se a importância de uma intervenção nacional, tanto na definição de diretrizes como no desenvolvimento de planos e projetos, de forma a impulsionar políticas cooperadas e integradas que respondam à complexidade da problemática urbano-metropolitana no país. A institucionalização do Conselho das Cidades (2004), e a realização das Conferências das Cidades (2003, 2005, 2007 e 2009/2010) deram início a um processo de construção da política nacional de desenvolvimento urbano envolvendo conferências municipais e estaduais, e a adoção de estruturas normativas representativas com a participação da sociedade.

Proposta nº5

Escolha o tema que a proposta se refere

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

No entanto, a análise do processo de implantação dos conselhos estaduais e municipais das cidades permite concluir que as estratégias de indução do governo federal em direção aos níveis de governo, visando sua difusão, tiveram baixa efetividade, apesar das deliberações do Conselho das Cidades nessa direção. A experiência de descentralização das políticas sociais no Brasil indica que sem a existência de estratégias de incentivo, envolvendo a criação de mecanismos e instrumentos - inclusive vinculados ao repasse de recursos - é muito difícil construir um sistema nacional de participação institucionalizada, envolvendo todos os entes da federação, baseado numa adesão pactuada e na institucionalização de conselhos estaduais e municipais das cidades.

Proposta nº6

Escolha o tema que a proposta se refere

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

A questão é reconhecer que as poucas competências deliberativas do Conselho das Cidades e a ausência de regras claras no que se refere à distribuição de atribuições dos diferentes níveis de governo - na forma de uma lei que regulamente o sistema nacional de desenvolvimento urbano - pode estar dificultando a institucionalização dos conselhos das cidades no âmbito dos demais entes federados, na medida em que essas regras definem procedimentos que facilitam a adoção de determinados desenhos institucionais. Atualmente a capacidade deliberativa do Conselho é muito mais resultante da sua força social - o fato dele ser composto por segmentos representativos dos setores sociais ligados à política urbana - do que das atribuições institucionais legais. E nesse aspecto existem riscos de retrocessos, já que não há nenhuma garantia que os próximos governos mantenham o compromisso em adotar as deliberações tomadas no seu interior. Assim, é necessário alterar o estatuto institucional do Conselho das Cidades, de forma a torná-lo uma instância participativa permanente, com atribuições deliberativas claramente instituídas no âmbito de um SNDU.



OS



Proposta nº7

Escolha o tema que a proposta se refere

- () 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado. A participação e o controle social no SNDU deverão ser exercidos: (i) no âmbito federal, pelo Conselho Nacional das Cidades como órgão colegiado consultivo e deliberativo sobre a política nacional do desenvolvimento urbano, e pela Conferência Nacional das Cidades; (ii) no âmbito dos Estados, por órgãos colegiados consultivos e deliberativos, tais como conselhos estaduais das cidades vinculados à política urbana, e pelas Conferências Estaduais das Cidades; (iii) no âmbito do Distrito Federal, por órgãos colegiados consultivos e deliberativos, tais como o conselho distrital das cidades vinculado à política urbana, e pela Conferência Distrital das Cidades; (iv) no âmbito dos Municípios, por órgãos colegiados consultivos e deliberativos tais como conselhos municipais das cidades, de desenvolvimento urbano, de política urbana, bem como fóruns das cidades vinculados à política urbana, e pelas Conferências Municipais das Cidades.

Proposta nº8

Escolha o tema que a proposta se refere

- () 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado. Até 2014, o Ministério das Cidades deverá encaminhar à Presidência da República proposta de alteração dos atuais objetivos, responsabilidades e atribuições do Conselho Nacional das Cidades e da Conferência Nacional das Cidades, seguindo as resoluções aprovadas nesta Conferência.

Proposta nº9

Escolha o tema que a proposta se refere

- () 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado. O Conselho das Cidades terá por finalidade fiscalizar, assessorar, estudar, propor e aprovar diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional com participação social e integração das políticas fundiária, de planejamento territorial e de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana e rural e políticas de caráter ambiental.

Proposta nº10

Escolha o tema que a proposta se refere

- () 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado. O Conselho Nacional das Cidades será responsável pela proposição da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Nacional das Cidades e dos Conselhos dos Estados, do Distrito Federal e Municípios que integram o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.



Proposta nº11

Escolha o tema que a proposta se refere

- () 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado. O Conselho Nacional das Cidades terá entre outras, as seguintes competências:

I -propor e aprovar diretrizes e normas para implantação de planos, instrumentos e programas da política nacional de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, mobilidade, acessibilidade e transporte urbano.

II -propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de criação e de alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano;

III -emitir normas, orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal 10.257/01, o "Estatuto da Cidade", e demais legislações e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano, tais como: Lei Nacional de Mobilidade Urbana, nº 12.587/12. Lei da Regularização Fundiária, nº 11.977/09, Lei Nacional de Saneamento Ambiental, nº 11.457/07.

IV -acompanhar e avaliar a execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e dos programas do Ministério das Cidades, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

V -propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários ou cursos afetos à política nacional de desenvolvimento urbano.

VI -acompanhar e avaliar a execução dos planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

VII -estabelecer normas e critérios para o licenciamento de empreendimentos ou atividades como significativo impacto sócio-ambiental de âmbito regional ou nacional;

VII -estabelecer as normas e os critérios para a distribuição regional e setorial dos recursos sob gestão da União, em ações de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento ambiental e mobilidade e transporte urbano;

VIII -estabelecer as diretrizes, os programas e os critérios para a aplicação e utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;

IX -encaminhar e aprovar, anualmente, a proposta de orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e de seu plano de metas; (Ronald).

Proposta nº12

Escolha o tema que a proposta se refere

- () 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
(X) 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
() 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado. Em relação à Conferência Nacional das Cidades, o Conselho Nacional das Cidades terá entre outras, as seguintes competências::.

I -convocar e organizar, a cada três anos, a Conferência Nacional das Cidades;

II -estabelecer o regimento interno e elaborar proposta de orçamento para a Conferência Nacional das Cidades;

III -publicar e divulgar as Resoluções da Conferência Nacional das Cidades e do próprio Conselho.



Proposta nº13

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Até 2014, o Ministério das Cidades deve elaborar e encaminhar à Presidência da República proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) como instrumento institucional de caráter financeiro. Tem a finalidade de dar suporte às ações e formas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, composto por rubricas específicas para as áreas de habitação de interesse social, saneamento ambiental de interesse social, transporte e mobilidade de interesse social, e programas urbanos estratégicos.

Proposta nº14

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

O repasse de recursos do Ministério das Cidades aos estados e municípios deve estar subordinado à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a construção do sistema nacional de desenvolvimento urbano.

Proposta nº15

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

aplicações dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano devem ser destinadas, entre outras, às seguintes finalidades:

I -apoiar os programas estabelecidos nos planos nacional, regionais e setoriais urbanos de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II -captar e compatibilizar recursos financeiros para a gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

III -apoiar as ações de cooperação entre os Estados, Municípios e Distrito Federal nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões e regiões integradas de desenvolvimento, relacionadas às áreas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transporte urbano, política fundiária, ordenação e controle do uso do solo.

IV -Apoiar a implementação de instrumentos e processos de gestão democrática da cidade.



Proposta nº16

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano deve ter entre as suas receitas:

I -dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função geral de desenvolvimento urbano;

II - recursos dos seguintes fundos: (i) Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; (ii) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS, nas condições estabelecidas pelo seu Conselho Curador; (iii) Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS; (iv) Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social -FAS; e (v) Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional.

III -recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas da política nacional de desenvolvimento urbano;

IV -receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FNDU;

Proposta nº17

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

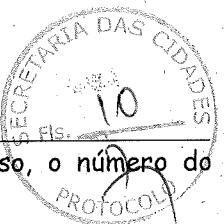
Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

O Conselho Nacional das Cidades deve ter as seguintes competências sobre a aplicação dos recursos do FNDU: (i) estabelecer os critérios para a distribuição regional; (ii) estabelecer os critérios para repasse de recursos aos Estados e Municípios e as contrapartidas dos entes federativos; (iii) definir as diretrizes, os programas e critérios para a distribuição e aplicação dos recursos do Fundo.

Proposta nº18

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.



Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Para a atuação cooperada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, voltada à promoção das políticas nacional, regionais e locais de desenvolvimento urbano. O Ministério das Cidades deve contar, entre outros, com os seguintes instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial:

I - plano nacional e planos regionais e setoriais urbanos de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II - planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias, e Orçamento Geral da União;

III - Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;

IV - Consórcios Públicos, com a participação do Ministério das Cidades;

V - Sistema Nacional de Informações e de Monitoramento das Políticas Urbanas como parte do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU.

Proposta nº19

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Em conformidade com as deliberações das Conferências Nacionais das Cidades e do Conselho das Cidades, e levando em consideração o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Constituição Federal de 1988, até 2015 o Ministério das Cidades deve ser elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, com caráter participativo, estabelecendo os objetivos estratégicos da intervenção do governo federal na política de desenvolvimento urbano para os próximos 10 anos, a contar da sua aprovação. Devem fazer parte do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, os planos nacionais setoriais de habitação, de saneamento ambiental, de transporte e mobilidade e de programas urbanos.

Proposta nº20

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Até 2016, o Ministério das Cidades deve elaborar e implementar uma política de promoção da regularização fundiária urbana envolvendo (i) programas de assistência técnica a processos de regularização fundiária urbana nos municípios; (ii) a formação de agentes locais e sociais para a promoção de ações de regularização fundiária urbana; (iii) um plano de promoção da função social nos imóveis da União vazios ou subutilizados para fins de habitação de interesse social.



Proposta nº21

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

O desenvolvimento da política nacional de regularização fundiária deve envolver a elaboração de um plano nacional que caracterize a irregularidade fundiária urbana no Brasil e aponte estratégias de regularização fundiária, envolvendo (i) a garantia do acesso à moradia digna, à mobilidade urbana e ao saneamento ambiental; (ii) recursos do orçamento da União para o desenvolvimento das ações previstas; (iii) instrumentos de intervenção pública que serão utilizados; (iv) a proposição de novos instrumentos não existentes no arcabouço do Estatuto das Cidades que se façam necessários; (iv) metas a serem atingidas; (v) prazos para o alcance das metas estabelecidas.

Proposta nº22

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Os programas de assistência técnica a processos de regularização fundiária nos municípios devem obrigatoriamente prever a aplicação de instrumentos de garantia ao acesso e permanência das famílias à moradia nas áreas regularizadas, de forma a evitar a valorização fundiária e a posterior expulsão das mesmas pela dinâmica do mercado imobiliário.

Proposta nº23

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

A formação de agentes locais e sociais para a promoção de ações de regularização fundiária urbana deve ser desenvolvida em âmbito nacional, envolvendo municípios em todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, e incluir os seguintes conteúdos: (i) procedimentos jurídicos e administrativos para regularização fundiária de terrenos ocupados por população de baixa renda, em área de até 250 metros quadrados para fins de moradia; (ii) a instituição de zonas de especial interesse social, em áreas ocupadas pela população de baixa renda e em área vazias, vinculando seus usos à moradia de interesse social, e (iii) o combate à especulação imobiliária, a subutilização de terrenos vazios e a captura da valorização fundiária, decorrente dos investimentos públicos, para fins de investimentos em habitação de interesse social.



Proposta nº24

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

O plano de promoção da função social nos imóveis da União vazios ou subutilizados para fins de habitação de interesse social deve envolver, além do Ministério das Cidades, a Secretaria de Patrimônio da União - SPU, e visar eliminar os bloqueios burocráticos.

Proposta nº25

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Caberá ao Ministério das Cidades instituir um grupo de trabalho para avaliar a pertinência de uma emenda constitucional, visando o reconhecimento da propriedade coletiva e da propriedade pública de imóveis urbanos para fins de moradia, exercido através da titularidade tanto de associações civis como do poder público, assegurando-se o direito à posse e à moradia aos seus moradores e familiares, impedindo sua comercialização através do mercado imobiliário.

Proposta nº26

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Até 2016, o Ministério das Cidades, juntamente com o ConCidades, devem elaborar e implementar um programa de monitoramento da revisão dos Planos Diretores Participativos, envolvendo: (i) a formação de agentes locais e sociais para a revisão dos planos diretores municipais; (ii) campanhas nacionais em torno de instrumentos específicos, em especial as Zonas de Especial Interesse Social, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, o parcelamento e edificação compulsória, o Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo e a desapropriação, a Usucapião, e os Conselhos das Cidades; (iii) a produção de material didático em torno dos temas da campanha; (iv) a assistência técnica na revisão dos Planos Diretores.



Proposta nº27

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

O programa de monitoramento da revisão dos planos diretores deve prever: (i) o apoio prioritário aos municípios com maiores dificuldades sociais e financeiras, incluindo pequenos municípios, segundo critérios definidos pelo Conselho das Cidades; (ii) ações especiais nas regiões metropolitanas, visando a adoção de processos consorciados de revisão dos planos entre os municípios e a instituição de programas, políticas e instrumentos articulados entre os mesmos.

Proposta nº28

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

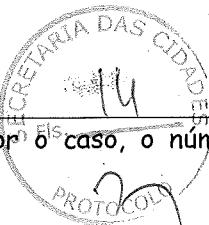
Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

Até 2016, o Ministério das Cidades deve constituir um Grupo de Trabalho e elaborar um estudo em torno do financiamento público do abastecimento de água, visando subsidiar a criação de novos sistemas de financiamento pelos municípios, estados e Distrito Federal e a promoção da função social da propriedade. Tal sistema deverá estar fundado na diferenciação de usos entre (i) água como valor de uso e bem essencial à vida humana, que deve ser assegurado a todos em igual quantidade segundo as necessidades sociais locais e regionais; (ii) água como bem não essencial, vinculado a diversos usos tais como lazer; e (iii) água como insumo comercial, de serviços e de produção. O estudo deve discutir alternativas de acesso livre à água como valor de uso e bem essencial à vida humana, financiada através dos custos decorrentes dos demais tipos de usos, e pela instituição de fundos vinculados aos tributos municipais, tais como o IPTU.

Proposta nº 29

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.



Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

A proposta de aprovação deste importante marco regulatório consolida o compromisso com a gestão democrática e participativa, promove o controle e a justiça social, aproxima os cidadãos da gestão urbana através da leitura comunitária dos problemas urbanos, com imediata repercussão no uso dos recursos disponíveis e das fontes de financiamento voltadas para o compromisso de uma cidade para todos, organizada através da proposição de programas e projetos urbanos adequados ao perfil da população de cada uma de nossas localidades. No atual cenário institucional brasileiro, onde estão disponíveis os planos e marcos regulatórios setoriais importantes bem como um grande número de recursos para implantar as diretrizes dos planos e programas, fazendo-se necessário fortalecer a boa prática urbana calcada no debate e no planejamento urbano de médio e longo prazo.

Proposta nº 30

Escolha o tema que a proposta se refere

- 1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- 2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência, especificando, se for o caso, o número do parágrafo modificado.

A função social da propriedade urbana, a justa distribuição dos bônus da urbanização, a correta distribuição dos recursos para a constituição de espaços urbanos de qualidade, com moradia, transporte, saneamento e infraestrutura urbana para todos, embasada no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, são objetivos concretos desta Conferência pelos quais deveremos lutar.

2ª Parte: Texto de Apresentação das Prioridades do Ministério das Cidades para a Política de Desenvolvimento Urbano

ATENÇÃO: poderão ser enviadas até 10 propostas.

Proposta nº1

Prioridade (10) de 1 até 10

Escreva aqui a proposta aprovada na plenária da Conferência

Fazer pré-conferências em cada bairro do município ou nas maiores localidades com uma maior divulgação da realização da conferência.

Proposta nº2

Prioridade (1) de 1 até 10

PLANEJAMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Revisão, fiscalização e cumprimento do "Plano Diretor" do que diz respeito ao desenvolvimento e reestruturação de regularização fundiária dos bairros e comunidades e de revitalização das áreas urbanas.

Proposta nº3

Prioridade (2) de 1 até 10



Políticas Públicas cofinanciadas pelos três entes federados voltados para a garantia da mobilidade e a acessibilidade de todos os moradores do município sejam eles: pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ou não.

Proposta nº4

Prioridade (3) de 1 até 10

TRANSITO

Ampliar a sinalização para o disciplinamento do trânsito.

Proposta nº5

Prioridade (4) de 1 até 10

Melhorar vias de acessos (secundárias) e ampliar a oferta de linhas de transporte público com a criação de um terminal no centro da cidade.

Proposta nº6

Prioridade (5) de 1 até 10

Desenvolver cursos e campanhas de educação para o transito incentivando as desenvolvidas no âmbito escolar.

Proposta nº7

Prioridade (6) de 1 até 10

Reformar as calçadas garantindo fácil acessibilidade as pessoas com deficiência.

Proposta nº8

Prioridade (7) de 1 até 10

Disciplinar o estacionamento de veículos na região central do município, estipulando áreas de estacionamento rotativo intensificando a fiscalização.

Proposta nº9

Prioridade (8) de 1 até 10

HABITAÇÃO

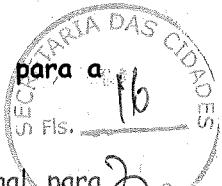
Planejar estratégias para que a população de baixa renda valorize o trabalho de investimento que a prefeitura os proporcionou. (trabalhar o crescimento).

Proposta nº10

Prioridade (9) de 1 até 10

Para obter o desenvolvimento da cidade é preciso criar estratégias de reformas de qualidade (trabalhar o desenvolvimento).

3ª Parte: Texto de Apresentação para Discussão das Prioridades Municipais e Estaduais para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016



ATENÇÃO: O texto aprovado deve ser encaminhado à Conferência Estadual e Nacional para conhecimento.

Texto único:

- 1- O município criou seu conselho das cidades no dia 08 de Maio de 2013 e está se preparando para a efetiva implementação do mesmo; as questões relacionadas à participação estão sendo contempladas nos diversos programas habitacionais e nas 3 Conferências já realizadas.
- 2- No tocante habitação, temos o programa habitação onde suas ações implantadas são favoráveis. Porém, As zonas especiais precisam ser demarcadas urgentemente no território urbano. Precisamos também, de forma urgente, realizar a regularização fundiária no município.
- 3- No município, as secretarias responsáveis pelo saneamento são: a AMMA e a Secretaria de Obras e infra-estrutura. Com relação a qualidade do saneamento do município a mesma existe de forma precária, havendo uma necessidade maior de ampliação na rede de água e a realização de rede de esgoto em praticamente em todo o município. Infelizmente os processos de planejamento de programas, obras e ações não são realizadas de formas descentralizadas e com participação ampla da sociedade.
- 4- No município o órgão responsável pelas políticas de transporte é a AMT. No município temos os seguintes serviços de transporte: Rota 40 (que se dirige ao município de Fortaleza) e o TRUE (realiza rotas internas no município). Com relação a estes serviços eles são bons durante o dia e precários a noite, precisando haver uma grande melhoria e integração entre os horários destes serviços. É necessário também realizar um estudo para analisar as necessidades de cada comunidade, para melhor servi-las. Infelizmente, também a realização do planejamento de programas, obras e ações no município não é feito de forma descentralizada e com a participação da comunidade.
- 5- Em relação à política urbana não existe uma integração com os municípios vizinhos, não havendo ainda consórcios municipais em operação . Como proposta de consórcios intermunicipais e sugestões de ações propomos: Unificação de tarifas intermunicipais de ônibus; deslocamento de ônibus entre os municípios circunvizinhos; realização de um projeto para construção de linhas de metro entre os municípios da região metropolitana. Infelizmente, também a realização do planejamento de programas, obras e ações no município não é feito de forma descentralizada e com a participação da comunidade. Existe obra do PAC no município, mas infelizmente não há uma integração entre as propostas dos diversos setores e a não observância de algumas leis municipais (como o Plano Diretor).

CONCLUSÃO - Como conclusão, queremos salientar que deve haver uma maior observância às leis municipais como principalmente o plano diretor. Como objetivo principal de resguardarmos do município contra um crescimento urbano desregrado e que venham causar um irreparável dano ao nosso meio ambiente e a qualidade de vida do nosso Eusébio.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Participação:

- 1 - Não. Lei criada em 08 de Maio de 2013;
- 2 - Discuti, mas de forma isolada;
- 3 - Nenhuma. Conselho não atuante;
- 4 - É paritária;
- 5 - Sim;
- 6 - Ainda falta implementação do conselho

- 7 - Centralizado. Precisando descentralizar;
8 - Não. O conselho ainda está sendo implantado;



Habitação:

- 1 - Sim;
2 - Sim;
3 - Sim, Não
4 - Não. Existe a opção no Plano Diretor, porém não foram colocadas na prática;
5 - Não;
6 - Sim com algumas restrições, Sim;
7 - Estão planejados nas áreas urbanas;

Saneamento:

- 1 - Autarquia de Meio Ambiente e Secretaria de Obras e infra-estrutura;
2 - Regular;
3 - Centralizada e não é debatida com a comunidade;
4 - Não;

Transporte e Mobilidade:

- 1 - Autarquia Municipal de Trânsito - AMT;
2 - Rota 40 e Transporte Regular Urbano de Eusébio - TRUE;
3 - Precisando melhorar principalmente o turno da noite;
4 - Centralizado. Precisando descentralizar;
5 - Não;
6 - Não;

Política Urbana:

- 1 - Não; Integração entre os horários do TRUE com o Rota 40; Linhas com circulação em municípios vizinhos; Propor linha de metro para o município de Eusébio;
2 - Não participa; O de transporte coletivo;
3 - Não; Uma tarifa única entre os municípios vizinhos;
4 - Habitação - Ação Social - Transporte e Mobilidade - AMT - Saneamento e Planejamento Urbano - AMA e Secretaria de Obras
5 - Não
6 - Sim; Parcialmente.

8. Delegados Eleitos para a Conferência Estadual

8.1. Número de Delegados Eleitos para a Conferência Estadual

Delegados eleitos para a Conferência Estadual (de acordo com o Regimento estadual)

- (1) do Poder Executivo Municipal
() do Poder Legislativo Municipal
(1) dos Movimentos Sociais e Populares
() das Entidades de Trabalhadores
() das Entidades Empresariais
() das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
(1) das Organizações não Governamentais
3 Total

8.2 Ficha cadastral dos Delegados eleitos para a etapa Estadual:



Formulário para Inscrição de Delegados Eleitos para a Conferência Estadual			
Titular			
Nome: MARIA DO CARMO BEZERRA DOS SANTOS			
RG: 10649-80	Órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 29/06/1961	
CPF: 367.484.393-53	Tel. Comercial: 85.3260-1878	Tel. Celular 85.8640-3609	
Endereço: Rua Doutor Epitácio Cruz			
Número: 314	Complemento:		
Bairro: Curió	Cidade: Fortaleza	UF CE	CEP: 60.831-422
e-mail: dukarmo_@hotmail.com			
Sexo: (<input checked="" type="checkbox"/>) feminino (<input type="checkbox"/>) masculino			
Entidade que Representa: Secretaria Municipal de Educação			sigla: SME
Segmento:			
(<input checked="" type="checkbox"/>) Poder Executivo Municipal (<input type="checkbox"/>) Poder Legislativo Municipal (<input type="checkbox"/>) Movimentos Sociais e Populares (<input type="checkbox"/>) Entidades de Trabalhadores		(<input type="checkbox"/>) Entidades Empresariais (<input type="checkbox"/>) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (<input type="checkbox"/>) Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input checked="" type="checkbox"/>)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input checked="" type="checkbox"/>)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			
Suplente			
Nome: MIRTON DE PAIVA PRATA			
RG: 87.299-80	Órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 17/07/1962	
CPF: 383.245.553-15	Tel. Comercial: 3260-3615	Tel. Celular 8865-7432	
Endereço: Rua São Francisco			
Número: 107	Complemento:		
Bairro: Parque Havaí	Cidade: Eusébio	UF: CE	CEP: 61.760-000
e-mail: mirtonprata@hotmail.com			
Sexo: (<input type="checkbox"/>) feminino (<input checked="" type="checkbox"/>) masculino			
Entidade que Representa: Autarquia Municipal de Meio Ambiente			sigla: AMMA
Segmento:			
(<input checked="" type="checkbox"/>) Poder Executivo Municipal (<input type="checkbox"/>) Poder Legislativo Municipal (<input type="checkbox"/>) Movimentos Sociais e Populares (<input type="checkbox"/>) Entidades de Trabalhadores		(<input type="checkbox"/>) Entidades Empresariais (<input type="checkbox"/>) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (<input type="checkbox"/>) Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input checked="" type="checkbox"/>)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input checked="" type="checkbox"/>)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			



Titular

Nome: ELIEUDA DO VALE OLIVEIRA GOMES DA SILVA

RG: 97014000957	órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 02/09/1973
CPF: 448755683-04	Tel. Comercial: 85.3260-3855	Tel. Celular 85.8747-6126

Endereço:
Rua Minerolândia

Número: 255	Complemento:		
Bairro: Centro	Cidade: Eusébio	UF: CE	CEP: 61760-000

e lieudaeduc@yahoo.com.br

sexo: () feminino () masculino

Entidade que Representa: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Eusébio

sigla: APAE

Segmento: Sociedade Civil

- | | |
|---|--|
| (<input type="checkbox"/>) Poder Executivo Municipal | (<input type="checkbox"/>) Entidades Empresariais |
| (<input type="checkbox"/>) Poder Legislativo Municipal | (<input type="checkbox"/>) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa |
| (<input type="checkbox"/>) Movimentos Sociais e Populares | (<input checked="" type="checkbox"/>) Organizações não Governamentais |
| (<input type="checkbox"/>) Entidades de Trabalhadores | |

Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não ()

Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não ()

Descreva o tipo de atendimento necessário:

Suplente

Nome: IVANEIÇA VIEIRA DA COSTA

RG: 689103-83	Órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 26/01/1969
CPF: 316285913-15	Tel. Comercial: 3260-3986	Tel. Celular 8965-7432

Endereço:
Rua Sol Nascente

Número: 02	Complemento:		
Bairro: Urucunema	Cidade: Eusébio	UF: CE	CEP: 61.760-000

e-mail: ivy-costapink@hotmail.com

sexo: () feminino () masculino

Entidade que Representa: Sindicato dos Servidores públicos de Eusébio

sigla: SINDEUS

Segmento: Sindicalista

- | | |
|--|--|
| (<input type="checkbox"/>) Poder Executivo Municipal | (<input type="checkbox"/>) Entidades Empresariais |
| (<input type="checkbox"/>) Poder Legislativo Municipal | (<input type="checkbox"/>) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa |
| (<input type="checkbox"/>) Movimentos Sociais e Populares | (<input type="checkbox"/>) Organizações não Governamentais |
| (<input checked="" type="checkbox"/>) Entidades de Trabalhadores | |

Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não ()

Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não ()

Descreva o tipo de atendimento necessário:

Formulário para Inscrição de Delegados Eleitos para a Conferência Estadual			
Titular			
Nome: NORBÉRIO TERCEIRO VASCONCELOS DO VALE			
RG: 2007885156-9	órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 30/06/19995	
CPF: 062.958.503-24	Tel. Comercial: 85.3250-2073	Tel. Celular 85.8877-1327	
Endereço: Travessa Tavares			
Número: 65	Complemento:		
Bairro: Jabuti	Cidade: Itaitinga	UF: CE	CEP: 61880-000
e-mail: norberio3@hotmail.com			
sexo: () feminino (x) masculino			
Entidade que Representa: Grupo de Apoio a prevenção à AIDS Ceará			sigla: GAPA-CE
Segmento: Sociedade Civil			
() Poder Executivo Municipal () Poder Legislativo Municipal () Movimentos Sociais e Populares () Entidades de Trabalhadores		() Entidades Empresariais () Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (x) Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			
Suplente			
Nome: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA			
RG: 2007239631-2	Órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 22/02/1955	
CPF: 248.258.833-20	Tel. Comercial: 3260-3615	Tel. Celular 8774-2511	
Endereço: Rua São Miguel			
Número: 270	Complemento:		
Bairro: São Miguel	Cidade: Eusébio	UF: CE	CEP: 61.760-000
e-mail: ducarmosantaclara@hotmail.com			
sexo: (x) feminino () masculino			
Entidade que Representa: Associação dos Moradores do Parque Santa Clara			sigla: AMPASC
Segmento:			
() Poder Executivo Municipal () Poder Legislativo Municipal () Movimentos Sociais e Populares () Entidades de Trabalhadores		() Entidades Empresariais () Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (x) Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			



8. Conselho das Cidades

O município já possuía o Conselho da Cidade?

() Sim. (X) Não

O município elegeu o Conselho da Cidade?

() Sim. () Não

Instrumento Legal Nº e Data de Publicação

Existem outros conselhos de abrangência setorial relacionados à Política Urbana?

(X) Sim () Não

Qual(is)?

(X) de Habitação. Instrumento Legal número: Lei nº 845/2009, de 24/09/09

() de transporte e mobilidade. Instrumento Legal número: _____

() de desenvolvimento urbano. Instrumento Legal número: _____

() de saneamento. Instrumento Legal número: _____

() outros.

Se "outros", citar quais.

O município possui Plano Diretor Participativo?

(X) Sim () Não

Se "Sim", informar número da Lei e data de publicação.

Lei nº 784, 08/06/2008.

O município possui algum órgão, ou Secretaria que faça gestão da temática do Desenvolvimento Urbano? (X) Sim () Não

Se "Sim", informar qual e seus contatos (nome da Secretaria, do Secretário, telefone, etc.)?

Autarquia Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - AMMA

Presidente: Paulo César Feitosa Arrais

Fone: 85.3260-3615 / 9985-8552

Campo para preenchimento da Comissão Preparatória Estadual:

Conferência Municipal Validada:

() Sim () Não

Se "Não", informar justificativa.





Decreto N° 341 , DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CEARÁ, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Política desenvolvida pelo Ministério das Cidades, no sentido de que entes federativos promovam detalhamento da Política Urbana através de orientação gerada pela 5ª Conferência Estadual das Cidades.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 1ª Conferência Municipal das Cidades, que se constitui em Etapa preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 08 de maio de 2013, em EUSÉBIO-CE, sob a coordenação e presidência do Prefeito Municipal, que poderá ser substituído pelo Secretário Municipal de Obras e Infra-estrutura, no caso de eventual ausência ou impedimento.

Art. 2º. A Conferência Municipal das Cidades seguirá procedimentos e recomendações constantes na Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2012 e no Regimento Estadual das Cidades, definido pela Comissão Preparatória Estadual, desenvolvendo seus trabalhos à partir da temática: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já".

Art. 3º. O Prefeito Municipal constituirá, mediante Portaria, a Comissão Preparatória da Conferência Municipal das Cidades.

Parágrafo Único: Caberá à Comissão Preparatória definir pauta da Conferência, critérios para participação e critérios para eleição dos delegados para a etapa Estadual, respeitando as diretrizes e as definições dos Regimentos da 5ª Conferência Nacional e Estadual das Cidades.

Art. 4º. As despesas com a realização da Conferência Municipal das Cidades correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO, em 22 de fevereiro de 2013.

JOSÉ ARIMATÉA L. B. JÚNIOR
Prefeito Municipal



PORTARIA N° 549, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Preparatória da Conferência Municipal das Cidades, etapa preparatória municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, como segue:
Armando Luiz Bandeira de Paula, Eridan Masseno dos Santos, Mara Carolina Ribeiro Gomes e Sebastião Carneiro Albuquerque

Parágrafo único: Caberá à Comissão Preparatória definir pauta da Conferência, critérios para participação e critérios para eleição dos delegados para a etapa Estadual, respeitando as diretrizes e as definições dos Regimentos da 5ª Conferência Nacional e Estadual das Cidades.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO, em 22 de fevereiro de 2013

Arimatéia Jr
JOSÉ ARIMATÉA L. B. JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO
Rua Edmilson Pinheiro, 150 - Autódromo
CEP: 61.760-000. Eusébio-Ceará.
FONE: (85) 3260.5145
CNPJ.: 23.563.067/0001-30



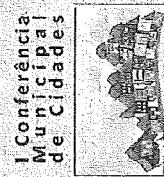
Melhor para todos
PREFEITURA MUNICIPAL

LISTA DE PRESENÇA GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS

9100235490 ~~9100235490~~ ~~9100235490~~
91018314 ~~91018314~~
97321166 ~~97321166~~



Unicef
EDIÇÃO 2009-2012



Comitê da Mulher e da Família
REFORMA MUNDIAL DA FA
Data: 10 de Maio de 2013
Local: IEFEP Eufálio
de Queiroz
Endereço: Rua
Eduardo Góes, 2200

LISTA DE PRESENÇA MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

Nº	NOMES	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO	RG Nº	EMAIL	FONE
53.	Rafaela Oliveira Silva	ACTM			
54.	Maria Tereza Augustinho Batista	CCNSA			
55.	Verônica Campina Colares	CCNSA	61063-80	veronica.campina@vagas.com.br	85574-8886
56.	Rejane Inácio da Silva	CACJ	20010037437	rejaneinacio@yahoo.com.br	8551587
57.	Elissandra Ribeiro Oliveira dos Santos	CACJ			
58.	Maria Francelina de Oliveira Alexandre	CACJ	92044031392	107.francelina@yahoocom.br	85030411
59.	Francisca Valda Alves de Souza	RAIO DE SOL			
60.	Elidáia de Abreu Gómes Barbosa	AMACAUASSU	16080000309	elidaiabarros@uol.com.br	(88) 8557-4883
61.	Silviane Fernandes da Silva	GAPA-CE			
62.	Rodrigo Nascimento Xavier	GAPA-CE	200801849-0	rodrigo.xavier@hotmail.com	85591-7558
63.	Silviane Fernandes da Silva	GAPA-CE			
64.	Norberto Vásconcelos T. do Vale	GAPA-CE	200915156-9	norberto.vasconcelos@uol.com.br	86533-0653
65.	Francisco Wellington Gomes	GAPA-CE	20015033554	wellison.gomes@uol.com.br	903542112
66.	Maria do Carmo Lima da Silva	AMPASCE	210293924	Sa. Maria	46641-22
67.	José Wilson de Sousa	ACEAC	91000000000		
68.	Monica Vareldes Cira	ASSOCIAÇÃO DOS MERCADORES	20073134535		83471377
69.	Fábio Fábio Fábio	ASSOCIAÇÃO DIAZ MORADES	00000000000		85285371
70.	W. G. L. Varela Leite	Centro Olímpico			22745511
71.	Edmílio do Vale Oliveira Gaud. Fre	APAE-EUSÉBIO	94014000977	edmilio.edmilio@yahoo.com.br	84176126
72.	Joelma Soárez Soárez		950216566	joelma_soarez@bol.com.br	88980327
73.	Wells Max Afrauzi	CEPEMA	20030900000	antônio.erauzi@cepema.com.br	22242714
74.	Eduardo José Bezerra				
75.	Tiago Carvalho Vazquez de Carvalho	CEPATEC	201600000002	tiago.vazquez@cepatec.com.br	84900029
76.					
77.					
78.					



Eusébio

Melhor para todos

PREFEITURA MUNICIPAL



EDCAO 2009-2012

LISTA DE PRESENÇA

TRABALHADORES POR SUAS ENTIDADES SINDICAIS

Nº	NOMES	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO	RG N°	EMAIL	FONE
79.	Ivaneiga Vieira da Costa	SINDEUS	680103-83	IVY.COSTA@GMAIL.COM	89573168
80.	Sávio Abreu de Freitas	SINDEUS			
81.					
82.					
83.					

LISTA DE PRESENÇA

EMPRESÁRIOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO URBANO

Nº	NOMES	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO	RG N°	EMAIL	FONE
84.	JaqueLINE Honório de Oliveira	Drogjack	44867	carioca@nuth.com.br	32647411
85.	JOÃO M CARVALHO	HVRB			
86.					
87.					
88.					
89.					
90.					
91.					
92.					
93.					
94.					
95.					
96.					
97.					
98.					
99.					





MUNICÍPIO APROVADO



EDIÇÃO 2009-2012

I Conferência
Municipal
de Cidades



Organizada e Oficinada pelo:

REFORMA URBANA (AU)

Data: 10 de Maio de 2013

Lugar: EEEF Guabáu

de Guatá

Eusébio (CE)

LISTA DE PRESENÇA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS COM ATUAÇÃO NA ÁREA

Nº	NOMES	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO	RG. Nº	EMAIL	FONE
100.	DANILO VASCONCELOS	UAS	032140024145		8634-3431
101.	Diego Ferreira de Souza e Pacheco	funcionários dos prefeitos e bairros	2004040938	Diego.souza.410@edocast.br	87281840
102.					
103.					
104.					
105.					
106.					
107.					
108.					
109.					
110.					





8.2 Ficha cadastral dos Delegados eleitos para a etapa Estadual:

Ficha Cadastral do Delegado Eleito para a Etapa Estadual		
Titular		
Nome: MARIA DO CARMO BEZERRA DOS SANTOS		
RG: 10649-80	órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 29/06/1961
CPF: 367.484.393-53	Tel. Comercial: 85.3260-1878	Tel. Celular 85.8640-3609
Endereço: Rua Doutor Epitácio Cruz		
Número: 314	Complemento:	
Bairro: Curió	Cidade: Fortaleza	UF: CE
CEP: 60.831-422		
e-mail: dukarmo_@hotmail.com		
Sexo: (X) feminino () masculino		
Entidade que Representa: Secretaria Municipal de Educação		sigla: SME
Segmento:		
(X) Poder Executivo Municipal	() Entidades Empresariais	
() Poder Legislativo Municipal	() Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	
() Movimentos Sociais e Populares	() Organizações não Governamentais	
() Entidades de Trabalhadores		
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)		
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)		
Descreva o tipo de atendimento necessário:		
Suplente		
Nome: MIRTON DE PAIVA PRATA		
RG: 87.299-80	Órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 17/07/1962
CPF: 383.245.553-15	Tel. Comercial: 3260-3615	Tel. Celular 8865-7432
Endereço: Rua São Francisco		
Número: 107	Complemento:	
Bairro: Parque Havaí	Cidade: Eusébio	UF: CE
CEP: 61.760-000		
e-mail: mirtonprata@hotmail.com		
Sexo: () feminino (X) masculino		
Entidade que Representa: Autarquia Municipal de Meio Ambiente		sigla: AMMA
Segmento:		
(X) Poder Executivo Municipal	() Entidades Empresariais	
() Poder Legislativo Municipal	() Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	
() Movimentos Sociais e Populares	() Organizações não Governamentais	
() Entidades de Trabalhadores		
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)		
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)		
Descreva o tipo de atendimento necessário:		



Formulário para Inscrição dos Eleitos para a Preferência Eleitoral			
Nome: ELIEUDA DO VALE OLIVEIRA GOMES DA SILVA			
RG: 97014000957	órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 02/09/1973	
CPF: 448755683-04	Tel. Comercial: 85.3260-3855	Tel. Celular 85.8747-6126	
Endereço: Rua Minerolândia			
Número: 255	Complemento:		
Bairro: Centro	Cidade: Eusébio	UF CE	CEP: 61760-000
e-mail: elieudaeduc@yahoo.com.br			
Sexo: () feminino (x) masculino			
Entidade que Representa: Associação dos Pais e Amigos dos Expcionais de Eusébio			sigla: APAE
Segmento: Sociedade Civil			
() Poder Executivo Municipal () Poder Legislativo Municipal () Movimentos Sociais e Populares () Entidades de Trabalhadores		() Entidades Empresariais () Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (X) Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			
Suplente			
Nome: NORBÉRIO TERCEIRO VASCONCELOS DO VALE			
RG: 2007885156-9	órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 30/06/19995	
CPF: 062.958.503-24	Tel. Comercial: 85.3250-2073	Tel. Celular 85.8877-1327	
Endereço: Travessa Tavares			
Número: 65	Complemento:		
Bairro: Jabuti	Cidade: Itaitinga	UF CE	CEP: 61880-000
e-mail: norberio3@hotmail.com			
Sexo: () feminino (x) masculino			
Entidade que Representa: Grupo de Apoio a prevenção à AIDS Ceará			sigla: GAPA-CE
Segmento: Sociedade Civil			
() Poder Executivo Municipal () Poder Legislativo Municipal () Movimentos Sociais e Populares () Entidades de Trabalhadores		() Entidades Empresariais () Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (x) Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			



Formulário para Inscrição de candidatos Eleitos para a Conferência Estadual de Cidadania

Nome: IVANEIÇA VIEIRA DA COSTA			
RG: 689103-83	Órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 26/01/1969	
CPF: 316285913-15	Tel. Comercial: 3260-3986	Tel. Celular 8965-7432	
Endereço: Rua Sol Nascente			
Número: 02	Complemento:		
Bairro: Urucunema	Cidade: Eusébio	UF: CE	CEP: 61.760-000
e-mail: ivy-costapink@hotmail.com			
sexo: (x) feminino () masculino			
Entidade que Representa: Sindicato dos Servidores públicos de Eusébio			sigla: SINDEUS
Segmento: Sindicalista			
() Poder Executivo Municipal () Poder Legislativo Municipal () Movimentos Sociais e Populares (X) Entidades de Trabalhadores		() Entidades Empresariais () Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa () Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			
Suplente			
Nome: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA			
RG: 2007239631-2	Órgão expedidor: SSP-CE	Data de Nascimento: 22/02/1955	
CPF: 248.258.833-20	Tel. Comercial: 3260-3615	Tel. Celular 8774-2511	
Endereço: Rua São Miguel			
Número: 270	Complemento:		
Bairro: São Miguel	Cidade: Eusébio	UF: CE	CEP: 61.760-000
e-mail: ducarmosantaclara@hotmail.com			
sexo: (x) feminino () masculino			
Entidade que Representa: Associação dos Agentes Comunitários de Saúde			sigla: AMPASC
Segmento:			
() Poder Executivo Municipal () Poder Legislativo Municipal () Movimentos Sociais e Populares (X) Entidades de Trabalhadores		() Entidades Empresariais () Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa () Organizações não Governamentais	
Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida: Sim () Não (X)			
Necessita de algum atendimento especial: Sim () Não (X)			
Descreva o tipo de atendimento necessário:			



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO: EUSÉBIO	DATA DA CONFERÊNCIA: <u>10/05/13</u>
---------------------------	--------------------------------------

1 - Aspectos Formais/Legais

DECRETO MUNICIPAL	(<input checked="" type="checkbox"/> SIM)	(<input type="checkbox"/> NÃO)	Nº <u>341/13 e 346/13</u> DATA: <u>22/02/13</u>
CONVOCADO PELA SOCIEDADE CIVIL	(<input type="checkbox"/> SIM)	(<input checked="" type="checkbox"/> NÃO)	
POSSUI COORD. MUNICIPAL	(<input checked="" type="checkbox"/> SIM)	(<input type="checkbox"/> NÃO)	Vinculação: <u>Prefeito</u>
COM. PREPARATÓRIA PROPORCIONAL	(<input type="checkbox"/> SIM)	(<input checked="" type="checkbox"/> NÃO)	Quantidade de membros: <u>4</u>
REGIMENTO INTERNO APROVADO	(<input checked="" type="checkbox"/> SIM)	(<input type="checkbox"/> NÃO)	Assinado por: <u>Aprovado em plenário</u>
REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA	(<input type="checkbox"/> SIM)	(<input checked="" type="checkbox"/> NÃO)	
ENVIOU RELATÓRIO NO PRAZO	(<input checked="" type="checkbox"/> SIM)	(<input type="checkbox"/> NÃO)	DATA: <u>11/06/2013</u>

2 - Resultado da Conferência

PROPOSTAS SUBTEMAS	(<input checked="" type="checkbox"/> SIM)	(<input type="checkbox"/> NÃO)													
RELAÇÃO DE DELEGADOS COMPLETA	(<input checked="" type="checkbox"/> SIM)	(<input type="checkbox"/> NÃO)													
TODOS DELEGADOS TÊM SUPLENTES	(<input checked="" type="checkbox"/> SIM)	(<input type="checkbox"/> NÃO)													
LISTA DE PRESENÇA	(<input type="checkbox"/> SIM)	(<input checked="" type="checkbox"/> NÃO)													
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR SEGMENTOS			QUANTIDADE DE DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL:												
PPE	PPL	M.S.	TRAB	EMP	P.A.	ONG	TOTAL	PPE	PPL	M.S.	TRAB	EMP	P.A.	ONG	TOTAL
<u>45</u>	<u>03</u>	<u>18</u>	<u>01</u>	<u>02</u>	<u>00</u>	<u>02</u>	<u>71</u>	<u>01</u>	<u>-</u>	<u>01</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>01</u>	<u>03</u>
									<u>01</u>	<u>=</u>	<u>01</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>01</u>	<u>03</u>

3 - Informações Adicionais

POSSUI CONSELHO DA CIDADE	(<input type="checkbox"/> SIM)	(<input checked="" type="checkbox"/> NÃO)	DATA: <u>1/1</u> LEI Nº:
ELEGEU CONSELHO DA CIDADE	(<input type="checkbox"/> SIM)	(<input checked="" type="checkbox"/> NÃO)	
RESPEITA PROPORCIONALIDADE	(<input type="checkbox"/> SIM)	(<input checked="" type="checkbox"/> NÃO)	QTDE DE MEMBROS:

4 - Pendências

Divergência entre Segmento Sociedade Civil (ONG = 02 ≠ ONG=1, MS=01) - OK
 falta ANEXO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA PRT. 549/22/02/13 yng: 23 - OK
 NÃO INFORMA Nº DA LEI DO PDP - OK yng: 01
 NÃO ENVIOU LISTA DOS PARTICIPANTES - OK yng: 04 n 08
 NÃO ENVIOU CD/ DVD COM ANEXOS MÍDIA - OBS: remetida por email - OK
 08/01 - Houve alteração dos nomes dos delegados e segmentos

5 - Resultado da Validação

Parecer do Relator	(<input type="checkbox"/> Aprovado)	(<input checked="" type="checkbox"/> Não Aprovado)	DATA: <u>17/06/13</u>	<u>Anderson Ribeiro</u>	<u>APR</u>
Membro da Comissão					Assinatura
1ª Revisão	(<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado)	(<input type="checkbox"/> Não Aprovado)	DATA: <u>08/07/13</u>	<u>Anderson Ribeiro</u>	<u>APR</u>
Membro da Comissão					Assinatura
2ª Revisão	(<input type="checkbox"/> Aprovado)	(<input type="checkbox"/> Não Aprovado)	DATA: <u>1/1/1</u>	<u>Anderson Ribeiro</u>	<u>APR</u>
Membro da Comissão					Assinatura